

Sobre a opinião

Luciana Martínez

Investigadora no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (CFUL). ✉

<https://dx.doi.org/10.5209/kant.95216>

Nehmt an, was Euch nach sorgfältiger und aufrichtiger Prüfung am glaubwürdigsten scheint, es mögen nun Facta, es mögen Vernunftgründe sein; nur streitet der Vernunft nicht das, was sie zum höchsten Gut auf Erden macht, nämlich das Vorrecht ab, der letzte Probirstein der Wahrheit zu sein- WhDo, AA 08:146.

PT Resumo: Kant discute a noção de opinião no âmbito da sua explicação do que significa tomar um juízo como verdadeiro. Dar uma opinião é considerar algo como verdadeiro, sem ter razões objetivas ou subjetivas para isso. Apesar de serem infundadas e, portanto, não legitimadas epistemicamente, as opiniões podem ser valiosas como parte do processo de conhecimento. Este artigo aborda o conceito de opinião, explica o valor que as opiniões têm e discute por que razão a liberdade de pensamento é importante para esse valor. **Palavras chave:** *Fürwahrhalten*; persuasão; convicção; opinião.

ENG On opinion

Abstract: Kant analyses the notion of opinion within the framework of his explanation of what it means to hold a judgement to be true. To give an opinion is to consider something to be true, without objective or subjective grounds for doing so. Despite being unfounded and thus epistemically unlegitimised, opinions can be valuable as part of the process of knowing. This article discusses the concept of opinion, explains what value opinions have, and discusses why freedom of thought is important for that value.

Keywords: *Fürwahrhalten*; persuasion; conviction; opinion.

Resumo: Introdução. 1. Tomar por verdadeiro e opinar. 2. O valor da opinião. 3. Liberdade de pensamento e opinião. Recapitulação. Referências

Cómo citar: Martínez, L., (2024). Sobre a opinião. *Con-Textos Kantianos*, 19, 137-143. <https://dx.doi.org/10.5209/kant.95216>

Introdução

Neste artigo é estudada a noção kantiana de opinião. Esta noção adquire um significado técnico no contexto da filosofia crítica. A opinião consiste num modo de considerar algo como verdadeiro que não tem qualquer fundamento e que se refere exclusivamente a questões da nossa experiência. Podemos ter uma opinião sobre qualquer coisa? Para Kant, as nossas opiniões têm algum tipo de valor? Todas as nossas opiniões têm o mesmo significado para nós? Temos alguma forma de melhorar a qualidade das nossas opiniões? Ao longo dos seus textos, Kant aborda estas questões. De facto, a questão da opinião é estudada em vários textos e com diferentes objetivos. É difícil estabelecer uma continuidade rigorosa nas posições que apresenta na sua produção, mas neste artigo tentaremos desenvolver uma descrição detalhada e consistente do tema, tal como é explicado na obra kantiana.

Assim, no que se segue, em primeiro lugar, no contexto da explicação da doutrina kantiana do "considerar verdadeiro" (*Fürwahrhalten*), defenderemos que as nossas opiniões são afirmações que não fornecem conhecimento mas que podem ter uma função significativa na sua ampliação. Em segundo lugar, tentaremos justificar a posição de que algumas opiniões são mais valiosas para nós do que outras, mesmo que não

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto "Kant's Philosophy of Mathematics", DOI 10.54499/2022.00916.CEECIND/CP1762/CT0013. Agradeço especialmente os comentários dos revisores anónimos, que me permitiram melhorar a qualidade deste trabalho.

sejam bem fundamentadas. Por fim, abordaremos a relevância da intersubjetividade e, mais especificamente, da comunicação, para a elaboração de hipóteses.

1. Tomar por verdadeiro e opinar

A noção de opinião ocupa um lugar menor no texto da *Crítica da Razão Pura*. Kant menciona-a na terceira parte do "Cânon da Razão Pura", que trata precisamente da opinião, da crença e do conhecimento (*Meinen, Glauben, Wissen*).² O texto parece simples e Kant considera que o assunto é compreensível e não necessita de mais explicações. No entanto, suscitou algumas reflexões e debates.

Um primeiro elemento que é frequentemente investigado em relação à doutrina kantiana do ter como verdadeiro é a relação que Kant estabelece nela com a tradição alemã anterior. Como salientou Thomas Höwing (2016), pode-se, de facto, examinar como esta doutrina foi desenvolvida nos livros escolásticos e que novidades o nosso filósofo introduz. Em particular, por exemplo, R. Theis (2010) desenvolveu um estudo exaustivo das variações na compreensão da opinião, da crença e do conhecimento de Wolff a Kant, utilizando as notas disponíveis dos cursos de lógica.

Por outro lado, é também possível perguntar que função sistemática têm esta doutrina no seio da investigação crítica. No seu comentário à Dialética Transcendental e à Doutrina Transcendental do Método, Heinz Heimsoeth assinala, para começar, que o tratamento do tema no "Cânon da Razão Pura" se insere no enquadramento da investigação do uso prático da razão. Assim, segundo o filósofo, não está diretamente ligado à análise do conhecimento em sentido estrito. Segundo este, a forma mais válida de considerar como verdadeira, que como veremos é a convicção, difere da certeza especulativa. A convicção é a forma de considerar verdadeiro que podemos alcançar num contexto prático. A investigação do ter como verdadeiro, no texto kantiano, está ligada ao sujeito que julga e não se refere à investigação da razão em geral. É na mente do sujeito, e não na objetividade em si, que a investigação deve encontrar as causas pelas quais ele considera algo como verdadeiro.³ Mais recentemente, pelo contrário, a doutrina tem sido lida como uma doutrina sobre atitudes proposicionais, que pode ser enquadrada num campo especial da lógica, nomeadamente a lógica aplicada. As interpretações, geralmente desenvolvidas no domínio dos estudos de língua inglesa, baseiam-se especialmente no corpus lógico disponível e tentam reconstruir analiticamente as premissas e os raciocínios encontrados nas passagens kantianas.⁴

O tema do ter como verdadeiro e das suas modalidades é desenvolvido por Kant, com diferentes graus de detalhe, tanto em textos do corpus crítico como em passagens do corpus lógico e antropológico. Em virtude das variações que se descobrem no tratamento do tema nos diferentes textos, discute-se a classificação do ter como verdadeiro. Claudio La Rocca (2019) defende que existem duas formas de se afirmar a verdade, que são a persuasão e a convicção, e que por sua vez podemos identificar três níveis de convicção, que são: a opinião, a crença e o conhecimento. Como se verá adiante, a interpretação que seguimos neste artigo é semelhante à de La Rocca neste ponto. Andrew Chignell (2007), por outro lado, reconhece mais níveis do ter como verdadeiro. No seu artigo, menciona os seguintes, segundo esta ordem: conhecimento, convicção, opinião, persuasão, crença. Penso que, tanto na enumeração como na própria classificação dos modos de ter como verdadeiro, Chignell confunde dois aspectos que importa diferenciar. Por um lado, Kant explica a diferença entre estar convencido e ser persuadido. Por outro lado, a diferença entre opinião, crença e conhecimento. Chignell identifica a suficiência de ter como verdadeiro com o que hoje em dia se chama "justificação", identifica dois níveis de justificação e defende que tanto a convicção como a persuasão são subjetivamente suficientes. Esta reconstrução lógica que confunde a classificação das "atitudes proposicionais" é também desenvolvida noutros textos que analisam o tema em termos epistêmicos, como Leslie Stevenson (2003).

À luz de tais debates, antes de analisar a noção de opinião propriamente dita, é útil situá-la no quadro geral em que é apresentada, no texto kantiano. O seu ponto de partida é um conceito difícil de traduzir: *Fürwahrhalten*. Este conceito parece exprimir um lado subjetivo da verdade.⁵ É geralmente traduzido como "ter como verdadeiro" ou "considerar como verdadeiro". Kant explica que se trata de algo que acontece no nosso entendimento. O facto de se considerar verdadeiro tem causas subjetivas na mente do sujeito e pode (ou não) basear-se também em fundamentos objetivos. Isto significa que o sujeito tem razões puramente subjetivas para considerar algo como verdadeiro e, por vezes, há também razões objetivas para tal consideração. É importante ter em conta que as causas subjetivas e as razões objetivas para considerar algo como verdadeiro são coisas diferentes⁶ e não estão necessariamente em concordância.⁷

A diferença entre causas subjetivas e razões objetivas para considerar algo como verdadeiro permite-nos explicar a diferença entre estar convencido e ser persuadido de algo. A convicção é válida para qualquer pessoa que tenha razão. Aquilo que podemos afirmar é o que produz a convicção. Neste sentido, a

² As citações da obra de Kant são feitas de acordo com as convenções habituais estabelecidas no jornal *Kant-Studien*.

³ Heimsoeth, 1966: 776.

⁴ Cf., Chignell (2007), Pasternack (2014).

⁵ Neste sentido, neste artigo analiso a opinião como uma forma de considerar verdadeiro e não como um modo de verdade. Um estudo detalhado dos aspectos epistêmicos e vegetativos de um modo de opinião envolvido nas *fake news* pode ser encontrado em Moisés de Oliveira (2023).

⁶ Cf. KrV, A 821 / B 849.

⁷ Analisei mais pormenorizadamente os aspectos lógicos e antropológicos da doutrina do ter como verdadeiro em Martínez (2022).

convicção parece implicar uma fundamentação objetivamente suficiente e não se basear, pelo contrário, em determinações meramente subjetivas. A mera persuasão, por outro lado, não tem um fundamento objetivo e baseia-se na constituição particular do sujeito.⁸

Para Kant, especificamente, a persuasão (*Überredung*) é mera aparência (*blosse Schein*). O carácter aparente da nossa persuasão consiste no facto de confundirmos as causas subjetivas do nosso assentimento com um fundamento objetivo, que nem sempre está disponível. A verdade pode certamente assentar em bases objetivas, mas nem sempre o faz. Quando somos persuadidos de algo, a base subjetiva do juízo é considerada objetiva. Mas, neste caso, a afirmação de verdade tem apenas validade privada e não pode ser comunicada, apesar das suas pretensões.

A aparência envolvida na mera persuasão pode ser notada e evitada. Em primeiro lugar, Kant salienta que o carácter comunicável da convicção permite diferenciá-la da mera persuasão. Especificamente, a diferenciação pode ser estabelecida externamente, quando podemos efetivamente comunicar quais são as razões do assentimento. Se não for possível fazê-lo, então podemos suspeitar que o assentimento assenta em bases puramente subjetivas e que nos iludimos ao afirmar o contrário. O ponto de vista isolado da primeira pessoa não é suficiente para estabelecer esta diferença. No entanto, é-nos possível, mesmo neste caso, testar se teríamos razões suficientes para obter o assentimento de qualquer outra pessoa de cada vez. No texto crítico, Kant discute assim dois procedimentos que permitem o reconhecimento da mera persuasão. O primeiro procedimento, de natureza comunicativa, envolve uma alteridade efetiva. O segundo procedimento, de natureza hipotética, exige uma alteridade potencial. Tais procedimentos permitem-nos estabelecer a diferença entre convicção e persuasão e, assim, fornecer uma ferramenta para evitar cair na ilusão que as confunde. Se as causas que nos levam a afirmar um juízo puderem ser desenvolvidas e podermos estabelecer se essa afirmação se baseia numa ilusão da nossa mente, então a ilusão torna-se evidente e podemos evitá-la.

Estabelecidas estas diferenças, e partindo do princípio de que só devemos afirmar aquilo de que estamos convencidos, aquilo que não é mera persuasão pode assumir várias formas. A opinião é uma delas.⁹ Difere da crença, que é um tomar como verdadeiro subjetivamente suficiente. Isto significa que, no caso da crença, consideramos algo como verdadeiro com bases subjetivas suficientes, embora não tenhamos uma base objetiva para tal. Para além disso, a opinião difere, naturalmente, do conhecimento. O conhecimento é a afirmação subjetiva e objetivamente satisfatória. O que afirmamos baseia-se na natureza do objeto e o sujeito encontra razões para o considerar verdadeiro.¹⁰

A opinião, por outro lado, não tem causas subjetivas nem fundamentos objetivos suficientes. Ora, para Kant, todas as nossas opiniões têm o mesmo valor ou é possível estabelecer uma hierarquia entre elas? Por outro lado, podemos ter uma opinião sobre qualquer assunto? A opinião consiste em considerar algo como verdadeiro com a consciência de que não temos fundamentos objetivos suficientes para isso, mas também não são suficientes os fundamentos subjetivos. No entanto, os juízos a que a opinião se refere estão ligados a outros. Por conseguinte, por vezes, as nossas opiniões têm alguma relação, ainda que remota, com a verdade. Noutros casos, a opinião apresenta-se como uma ficção fantasiosa, um mero produto da imaginação, que não tem qualquer relação com a verdade. Na secção seguinte, estudaremos mais pormenorizadamente estes aspectos da compreensão kantiana da opinião.

2. O valor da opinião

Se recuperarmos a essência da explicação desenvolvida na secção anterior, verificamos que dar uma opinião é afirmar que algo é verdadeiro sem ter causas subjetivas suficientes para tal. A opinião não se confunde com a aparência, pois ao darmos uma opinião estamos conscientes de que nem sequer temos causas subjetivas suficientes para a afirmação. A falta de motivos para considerar um juízo como verdadeiro pode ser provisória, e a mera opinião, na medida em que não esconde o seu carácter infundado, pode tornar-se um assentimento mais sólido. Ao contrário da persuasão enganosa, a opinião pode ser valiosa, na medida em que se apresenta como uma afirmação provisória que, através da investigação, se torna objetivamente fundamentada ou revogada. As opiniões fazem parte dos nossos juízos provisórios¹¹ e, como tal, constituem uma fase anterior ao conhecimento.¹²

Por isso, se é claro que, de um ponto de vista epistémico, a opinião é uma forma de afirmação desprovida de valor, também é claro que pode constituir uma disposição mental provisória que dá origem a novos conhecimentos. Algo que nos parece verdadeiro e para cuja asserção não temos causa pode ser o estímulo para uma investigação que conduza a um conhecimento real. É importante sublinhar, uma e outra vez, que a opinião não é acompanhada por uma aparência de verdade. Quando damos uma opinião, estamos

⁸ Na *Lógica Jäsche*, o fato de se tomar como verdadeiro é classificado de acordo com um critério diferente. De acordo com ele, distinguimos entre uma asserção certa e uma asserção incerta. A primeira está associada a uma consciência de necessidade, enquanto a segunda envolve uma consciência de falibilidade e pode ser objetivamente (crença) ou simultaneamente objetiva e subjetivamente insuficiente (opinião). Log, AA 09: 65.

⁹ Thielke (2015: 1503) considera a relação entre as noções de persuasão e convicção e os modos de considerar verdadeiro de uma forma diferente da proposta neste trabalho. O autor considera que a persuasão é uma asserção baseada em causas subjetivas enquanto a convicção tem um fundamento objetivo e salienta que a opinião não envolve nem persuasão nem convicção.

¹⁰ Na lógica de Jäsche, a diferença é explicada de forma diferente. A opinião, a crença e o conhecimento são apresentados como três modos de juízo, que são, respetivamente, o juízo problemático, o juízo assertivo e o juízo apodítico. Log, AA 09: 66.

¹¹ Para uma explicação da natureza destes juízos, ver Martínez (2023).

¹² Cf. Log, AA 09:66.

conscientes da insuficiência das causas objetivas e subjetivas do assentimento. A opinião não é uma ilusão, mas sim uma afirmação que não assenta em bases objetivas (como o conhecimento) nem tem razões subjetivas suficientes (como a crença).

Em virtude da natureza deste tipo de afirmação, a opinião não tem lugar nas ciências racionais. Nestas ciências, em que as nossas faculdades de conhecer determinam o objeto, só é concebível um conhecimento certo, isto é, um conhecimento que assenta em fundamentos objetivos. Por esta razão, os conteúdos destas ciências não são matéria de opinião. Ou seja, não temos opiniões sobre assuntos matemáticos, metafísicos ou mesmo morais.¹³ A opinião tem o seu lugar, por outro lado, no domínio das ciências empíricas. Temos opiniões sobre objectos que não são determinados apenas pelas nossas faculdades. O conhecimento desses objetos exige o acesso aos dados da nossa experiência. É em virtude das limitações desse acesso que não podemos conhecê-los e só podemos dar uma opinião sobre eles.

A opinião refere-se a objectos de conhecimento empírico que é possível em si mesmo, mas que permanecem desconhecidos para nós em virtude das limitações e condições da nossa capacidade de experiência.¹⁴ Neste aspecto, a opinião também difere da crença. Com efeito, as razões pelas quais a crença não constitui conhecimento estão relacionadas precisamente com o facto de não ser possível saber a que se referem, ou seja, não podemos ter bases objetivas para as considerar verdadeiras, e esta impossibilidade não se deve a restrições contingentes.

Na *Crítica do Juízo*, Kant especifica que só aquilo que pode ser objeto de conhecimento pode ser objeto da nossa opinião. Ou seja: damos a nossa opinião sobre os objectos do mundo sensível. As coisas sobre as quais damos a nossa opinião são objeto de uma experiência que é, em princípio, possível para nós. Não damos uma opinião sobre aquilo que transcende inelutavelmente todo o conhecimento possível. A razão pela qual uma coisa é objeto de mera opinião e não constitui conhecimento é dada por uma limitação das nossas faculdades cognitivas, que ocasionalmente não podem alcançá-la. Mas isto não significa que o objeto seja em si mesmo incognoscível. Neste sentido, Kant contrasta, a título de exemplo, os objectos das ideias da razão com o conceito de éter. Este último, definido como um fluido elástico que permeia toda a matéria, é apresentado como um objeto paradigmático da opinião, enquanto aquilo a que as ideias se referem é uma questão de crença.¹⁵ Os textos da *Crítica do Juízo* e as notas sobre a Lógica indicam, de facto, que o éter dos físicos modernos é uma questão de opinião. Kant considera que a posição dos modernos sobre o éter é uma questão de mera opinião, na medida em que é concebível que a posição contrária com respeito a esta posição possa ser provada, sem que estejamos sob quaisquer ilusões ou equívocos.

Dispomos de alguns textos nos quais as posições dos filósofos naturais modernos sobre o éter são brevemente apresentadas. Mesmo se nos limitarmos ao período da filosofia madura de Kant, negligenciando assim os textos específicos de filosofia natural da sua juventude, encontramos nas fontes algumas descrições que nos permitem apreciar a natureza das opiniões. Nas notas de aula de física da segunda metade da década silenciosa, o éter é descrito como um conceito necessário para a compreensão do sistema de forças postulado pela mecânica de Newton. Em particular, o éter é apresentado como a causa suprema das forças derivadas pelas quais os corpos se atraem em geral, na medida em que é um pré-requisito para compreender que corpos distantes podem atrair-se e permanecer próximos uns dos outros. A atração à distância não se deve a uma força originária, mas a uma força inferida (*abgeleitet*) e em tal inferência está precisamente o conceito de uma causa que pensamos como de infinita sutileza, extensão e leveza.¹⁶ Além disso, para a compreensão da natureza nos termos da mecânica, o éter deve ser originalmente fluido.¹⁷ Durante a década crítica, o tratamento do éter é incluído no quadro da explicação da atração da matéria no espaço. Em particular, Kant salienta que, para Newton, é inconcebível que qualquer substância possa escapar à força da gravidade, ao ponto de até o éter ser atingido por ela.¹⁸

Não se trata aqui de examinar as propriedades do éter, segundo o ponto de vista de Kant. Já foi assinalado que se podem reconhecer várias etapas na evolução do pensamento do filósofo a este respeito (Edwards 2000, cap. 7). As fontes disponíveis permitem-nos apreciar algumas variações, que também fazem parte de uma compreensão evolutiva do assunto. O que nos interessa, no entanto, é analisar as características do papel do conceito de éter nas doutrinas dos filósofos da natureza, de modo a compreender o que significa que tal conceito é uma questão de opinião, e não de crença ou conhecimento.

O éter é apresentado como uma substância da qual não temos conhecimento sensível. As suas propriedades são alcançadas especulativamente, de modo a que a explicação científica da natureza através de leis universais seja adequada. As opiniões sobre o éter não têm o estatuto de conhecimento porque não se baseiam em fundamentos objetivos. De acordo com elas, o éter é uma substância fluida, que está sujeita às leis da natureza, tais como as leis relativas aos sistemas de forças. Outras propriedades do éter são sugeridas pelos conhecimentos de que dispomos, como a de ser uma substância de extensão infinita e leveza. Do ponto de vista objetivo, não temos bases suficientes para estes juízos, uma vez que, como já referimos, não temos conhecimento do éter. Mas, do ponto de vista subjetivo, também não temos razões suficientes para

¹³ Cf. Log, AA 09:67.

¹⁴ Concorde neste ponto com Pasternack (2014, p. 65). Agradeço ao revisor anónimo por esta indicação.

¹⁵ KU AA 05: 467.

¹⁶ V-Phys/Fried, AA 29:83.

¹⁷ V-Phys/Fried, AA 29:83.

¹⁸ MAN, AA 04:515.

considerar verdadeiro que o éter é um fluido ou que é infinitamente leve, pois sabemos que outras especulações poderiam sustentar as posições contrárias.

Na *Crítica da Razão Pura*, Kant introduz a noção de hipótese para se referir a este tipo peculiar de opinião. As hipóteses são opiniões que podem ser relacionadas, como fundamento da sua explicação, com aquilo que é efetivamente real e verdadeiro.¹⁹ O éter, com as suas determinações peculiares, é objeto de mera opinião. Mas, no enquadramento da moderna filosofia da natureza, é apresentado como uma hipótese, na medida em que está diretamente relacionado com objectos observáveis e com as leis dos factos já estabelecidas pela ciência. A opinião que funciona como uma hipótese deve estar numa relação peculiar com os objectos observáveis. Em particular, deve ser apresentada como uma condição necessária²⁰ e suficiente para a compreensão de tais factos.²¹ Em outras palavras, o que é afirmado como opinião deve ser necessário para compreender os factos e deve ser suficiente para compreendê-los, sem que seja necessário introduzir opiniões adicionais.

Parece, portanto, que algumas opiniões podem ter um valor para o avanço do conhecimento. Apresentam-se como juízos de valor ou hipóteses que, na medida em que se pretende fazer avançar o conhecimento, podem orientar a investigação e, assim, estimular o desejo de saber. No entanto, isso não significa, como observamos acima, que todas as nossas opiniões sejam simplesmente valiosas. Gostaria de analisar um exemplo que já foi estudado anteriormente por Rômulo Guimarães (2025). Trata-se do exemplo de tomar como verdadeiro o juízo de que a Terra é plana. O filósofo brasileiro questiona se tal tomada como verdadeira constitui uma crença.

Em virtude dos contributos que fizemos neste artigo, penso que a consideração da planicidade do planeta Terra é uma opinião e não uma crença. Por um lado, a questão de saber se a superfície do planeta que habitamos é plana é respondida por investigação empírica e não se refere a aspectos supra-sensíveis. O valor de verdade de um juízo deste tipo pode ser determinado empiricamente e, neste sentido, é concebível que alcancemos bases objetivas suficientes para a afirmação ou negação do juízo. Se não tivermos elementos objetivos para determinar se é ou não verdade que o planeta é plano, então o nosso assentimento só pode assentar em bases subjetivas, se é que temos alguma base. Por conseguinte, se não existem elementos objetivos suficientes para determinar se a Terra é plana ou não, então o valor de verdade que atribuímos ao juízo assenta numa mera opinião.

Em sentido estrito, dispomos de elementos objetivos para determinar o valor de verdade deste juízo: não só a experiência imediata, mas também as imagens captadas do espaço mostram que o juízo de que a Terra é plana é falso. Se negássemos a legitimidade das imagens, através de argumentos difíceis de compreender, ainda poderíamos recorrer a provas mediatas. Consideremos uma prova muito simples. Colocamos arbitrariamente um ponto qualquer sobre a superfície da Terra. Se ela for plana, então, deslocando-nos em linha reta numa direção fixa, uma de duas coisas acontecerá: (a) ou chegaremos a um ponto limite dessa superfície, (b) ou nunca o alcançaremos (se a superfície for infinita). Por outro lado, se a superfície da Terra tiver uma concavidade, (c) num momento qualquer, em princípio indeterminado, o móvel voltará a atingir o ponto de partida.

Suspendamos o valor da evidência disponível (que ensina claramente que a Terra não é plana, e da qual temos, portanto, um conhecimento), e façamos a experiência para saber, através de uma consequência observacional determinável, qual é o valor de verdade do juízo segundo o qual a Terra é plana. Indicamos um ponto na superfície da Terra e iniciamos uma viagem em linha reta numa direção inalterável. Viajamos e viajamos, o tempo passa e não chegamos ao limite da Terra ou ao nosso ponto de partida. Este resultado parcial poderia levar-nos a pensar que a Terra é uma superfície plana ilimitada. Isto não é um conhecimento, pois o facto de não termos atingido o limite ou regressado ao ponto de partida não implica que uma destas opções não possa ser realizada numa experiência alargada. De facto, temos dados de experiências anteriores que nos ensinam que é possível chegar ao ponto de partida num tempo finito, numa viagem em linha reta em que o sentido não é modificado.

De facto, tanto as imagens de satélite disponíveis como os dados experimentais fornecem provas conclusivas de que a superfície da Terra não é plana. Quando afirmamos que a Terra não é plana, não se trata de uma crença nem de uma opinião, mas de um conhecimento legítimo. Se, no entanto, por razões difíceis de compreender, rejeitarmos os fundamentos objetivos em que esta afirmação se baseia e, em vez disso, afirmarmos que a Terra é plana, esta afirmação não é uma crença, mas uma mera opinião. A nossa afirmação não tem um fundamento objetivo, mas também não tem um fundamento subjetivo. Pois, como indicamos, sabemos que é possível realizar testes no âmbito de uma experiência possível para nós que nos ensinará qual é o valor de verdade deste juízo, só que neste momento não temos os resultados desses testes.

Agora, podemos perguntar: a opinião de que a Terra é plana tem tanto valor como a opinião de que o éter é um fluido? É evidente que não. Em primeiro lugar, a primeira opinião assenta na negação de dados fornecidos pela experiência que a demonstram como falsa. Mas, além disso, esta opinião não se inscreve em nenhum projeto de expansão do conhecimento. As opiniões sobre o éter são meras opiniões em virtude dos limites da nossa capacidade de conhecer, mas não porque negamos os resultados fornecidos por ela. Além disso, como parte de um sistema de conhecimento mais amplo (o da explicação newtoniana da matéria e das suas propriedades), contribui para uma compreensão mais pormenorizada das leis da natureza.

¹⁹ KrV, A770, B798.

²⁰ KrV, A772, B800.

²¹ KrV, A 774, B802.

Estes exemplos indicam que as nossas opiniões podem ter valor na medida em que fornecem pistas para o desenvolvimento do conhecimento, podem funcionar como hipóteses e estimular a investigação. No entanto, não é verdade que todas as afirmações sem fundamentos objetivos ou subjetivos possam ser frutuosas e conduzir à expansão do nosso conhecimento. Algumas opiniões não conduzem a novos conhecimentos nem servem de suporte a sistemas científicos. As opiniões não têm fundamentos subjetivos nem objetivos. Por isso, o seu valor tem de ser examinado com base em elementos externos, como a plausibilidade da sua contrastação ou a sua utilidade para outros conhecimentos.

3. Liberdade de pensamento e opinião

Por fim, interessa-me examinar um outro aspecto do tratamento dado por Kant às opiniões. Já vimos que, para este filósofo, as opiniões consistem num considerar como verdadeiro que não tem fundamento. No entanto, nem todas as opiniões são igualmente interessantes ou úteis: algumas estão simplesmente ligadas a uma desconsideração da evidência empírica disponível e levam-nos a afirmar juízos que vão contra o que essa evidência nos ensina. Kant, no entanto, não parece identificar necessariamente as opiniões com a persuasão, na qual ocorre uma ilusão. Quando somos persuadidos de algo, pensamos que temos razões objetivas para considerar algo como verdadeiro, mas não é esse o caso. A opinião pode envolver a persuasão, mas na sua definição não se identifica com ela. Damos uma opinião quando consideramos que algo é verdadeiro sem, no entanto, termos qualquer base para tal.

Como já vimos, dispomos de uma estratégia para identificar a ilusão em que se baseiam as nossas meras persuasões. Esta estratégia consiste em examinar se é possível comunicar as razões pelas quais consideramos que algo é verdadeiro. Ao comunicar com um outro real ou potencial, revela-se se temos razões para considerar algo como verdadeiro ou não. Ao descobirmos isto, podemos identificar casos em que pensávamos ter razões objetivas, mas não era esse o caso. A comunicação é também importante para o desenvolvimento e análise das nossas opiniões.

Por um lado, a comunicação fornece uma estratégia para identificar as circunstâncias em que pensamos ter fundamentos para afirmar um juízo e não temos. Mas, para além disso, o espaço em comunidade com os outros parece constituir uma condição para "bem pensar" na posição de Kant. Ao mesmo tempo que confrontamos o nosso pensamento com os factos e o submetemos ao escrutínio da nossa própria razão, é importante que sejamos capazes de comunicar o que pensamos e que os outros nos comuniquem o que pensam. Sem isso, o nosso pensamento fica limitado. Neste sentido, Kant defende que a coação civil é uma ameaça não só à liberdade de expressão, mas sobretudo à liberdade de pensamento.²² A comunicação é apresentada como uma chave para o sucesso no desenvolvimento do nosso pensamento,²³ permitindo-nos identificar a ilusão e reconhecer a extensão dos fundamentos em que se baseia o nosso assentimento.

Assim, verifica-se que a possibilidade de comunicar pode desempenhar um papel importante na formação da opinião e na possibilidade de identificar se esta pode ser catalisadora de novos conhecimentos. A opinião, em particular, tem também as outras duas pedras de toque cruciais acima mencionadas. Por um lado, o que julgamos deve estar relacionado com factos conhecidos. Mesmo no caso dos juízos para cuja determinação não dispomos de experiência suficiente, é fundamental ter em conta os conhecimentos de que dispomos, como vimos no caso da tese do terraplanismo. Temos também a pedra de toque da razão, que ordena e articula o conjunto dos nossos conhecimentos. A liberdade de pensamento, a fundamentação em factos e a articulação racional do nosso conhecimento como um todo são elementos úteis para a elaboração e hierarquização das nossas opiniões, de modo a podermos aproveitá-las para a expansão do conhecimento.

Recapitulação

Neste estudo sobre a concepção kantiana da opinião, começámos por propor uma interpretação da diferença entre convicção e persuasão, por um lado, e a classificação das opiniões, crenças e conhecimentos, por outro. Analisamos a noção de persuasão à luz da ilusão que envolve, segundo a qual acreditamos falsamente que temos razões objetivas para acreditar que algo é verdadeiro. A classificação das opiniões, crenças e conhecimentos, tal como é apresentada na *Crítica da Razão Pura*, baseia-se, em vez disso, no problema das causas subjetivas pelas quais consideramos algo como verdadeiro. A este respeito, a opinião é apresentada como a aceitação de algo como verdadeiro em que sabemos que as causas para tal não são suficientes, nem mesmo do ponto de vista subjetivo.

Isto não significa, porém, que para Kant as opiniões sejam sempre perniciosas ou inúteis. Por um lado, a opinião não envolve (ou pelo menos não necessariamente) ilusão. Por outro lado, a opinião é uma afirmação sobre factos de que ainda não temos conhecimento. É possível que a investigação venha a fornecer os conhecimentos que nos faltam e que as nossas opiniões se tornem conhecimentos ou sejam abandonadas. Neste ponto, é importante notar que para Kant o domínio próprio da opinião é o das ciências empíricas, uma vez que o carácter insuficiente das nossas razões para a afirmar é dado pelas limitações do nosso acesso e não, pelo contrário, pela própria natureza do objeto a que se referem. Através da análise de juízos sobre o éter no âmbito da filosofia moderna da natureza, considerámos como as opiniões podem funcionar como

²² WhDo, AA 08: 144.

²³ Pasternack (2014, p. 80) e Stevenson (2013 pp. 76s) questionam este ponto. Agradeço ao revisor anónimo por esta indicação.

hipóteses e estimular o avanço do conhecimento. O exame da opinião de que a Terra é plana, por outro lado, mostrou-nos que nem todas as opiniões são benéficas para o progresso científico.

Finalmente, recuperamos três elementos importantes para a hierarquização e utilização das nossas opiniões: a comunicação (livre) do pensamento, o conhecimento dos factos e a autonomia da razão.

Referências

- Chignell, A. (2007). Belief in Kant. *Philosophical Review*, 116 (3), 323-360.
- Edwards, J. (2000). *Substance, Force, and the Possibility of Knowledge*. Berkeley, Los Angeles, London, California University Press.
- Eisinger Guimarães, R (2025). Is the flatness of the earth a belief? *Nordicum Mediterraneum*. No prelo.
- Heimsoeth, H. (1966). *Transzendente Dialektik. Ein Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Berlin, Walter de Gruyter & Co.
- Höwing, T. (2016). Kant on Opinion, Belief, and Knowledge. *The Highest Good in Kant's Philosophy*. Berlin, De Gruyter, 201- 222.
- Kant, I. (1900 ss.). *Gesammelte Schriften*. Vol. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften; vol. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin; since vol.. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen.
- La Rocca, C. (2018). Selbstbewusstsein und Fürwahrhalten in Kants Theorie des Gewissens. Em V. Waibel, M. Ruffing & D. Wagner (Ed.). *Natur und Freiheit: Akten des XII. Internationalen Kant-Kongresses*. Berlin, Boston: De Gruyter., 441-456.
- Martínez, L. (2022). Some Remarks about the Difference between *Überzeugung* and *Überredung*. *Kantian Journal*, 42(2), 95-110.
- Martínez, L. (2023). The Kantian view of dark representations and their function in practical life, according to the anthropological notes of the Critical Period. *Studia Kantiana*, 21(1), 49-59.
- Moisés de Oliveira, C. (2023). Verdade correspondentista na filosofia prática kantiana, como critério de análise do fenómeno das fake news. *Con-Textos Kantianos. International Journal of Philosophy*, 18, 103-115.
- Pasternack, L. (2014). Kant on Opinion: Assent, Hypothesis, and the Norms of General Applied Logic. *Kant-Studien*, 105(1), 41-82.
- Reiki, B. (1998). "Der Kanon der reinen Vernunft". Em: G. Mohr, M. Willaschek (Ed.). *Kritik Der Reinen Vernunft (Klassiker Auslegen)*. Berlin, Akademie Verlag, 597-616.
- Stevenson, L. (2003). Opinion, Belief or Faith, and Knowledge, *Kantian Review*, 7, 72-10.
- Theis, R. (2010). Du Savoir, de la foi et de l'opinion de Wolff à Kant, *Archives de Philosophie*, 73, 211-28.
- Thielke, P. (2015). Meinung, meinen. En: Willaschek, M. et al., *Kant Lexicon*. Berlin, De Gruyter, 1502-1504.